

arquivo  
pasta  
ossadas

**Agência  
de  
Notícias**

# ANDES



Nº 188

sexta-feira, 23 de agosto de 1996

## Docentes da Unicamp cobram a identificação das ossadas de Perus

**Agência Andes (Brasília)** - Os docentes da Unicamp estão preocupados com a demora do Departamento de Medicina Legal da Faculdade de Ciências Médicas da universidade em concluir a identificação das ossadas encontradas numa vala clandestina do Cemitério de Perus. As ossadas foram entregues ao DML para serem periciadas em 1º de dezembro de 1990, através de convênio firmado com a Prefeitura de São Paulo, mas até hoje o trabalho não foi concluído.

Eles acusam o legista Badan Palhares, chefe da equipe responsável pelo trabalho, de sonegar informações e demonstrar falta de vontade política em esclarecer os motivos da demora e exigem que a reitoria assuma sua responsabilidade no episódio, uma vez que as ossadas estão sob a guarda da instituição. "Escamotear, neste momento, é atirar a Unicamp na vala comum, como se ela não tivesse satisfações a dar à população brasileira", afirma boletim especial da Associação dos Docentes da Universidade de Campinas (Adunicamp), publicado esta semana.

De acordo com os docentes, ao longo desses quase seis anos de exames periciais, a equipe de Badan Palhares identificou as ossadas de Dênis Casemiro e Frederico Eduardo Mayr, encontradas na vala de Perus. Ossadas de outros desaparecidos políticos localizadas em outros sítios também foram identificadas pelo DML da Unicamp, como as de Emanuel Bezerra dos Santos, Antonio Carlos Bicalho Lana e Helber José Gomes Goulart.

A partir do ano passado, contudo, fatos estranhos envolvendo as ossadas começaram a acontecer. Em artigo publicado na *Revista Adusp*, em julho de 1995, o jornalista Ivan Seixas (ex-preso político) informava que o professor Badan Palhares já tinha identificado as ossadas de Flávio Carvalho Molina, Dimas Casemiro e Francisco José de Oliveira, descobertas que o legista se recusou a confirmar ou negar, preferindo desqualificar o jornalista perante a opinião pública.

Um mês depois, uma movimentação das ossadas no interior do prédio do DML levou diversos professores a entrarem em contato com a Adunicamp para tentar descobrir o que estava acontecendo. Havia o receio de que elas estivessem sendo transferidas de volta para a Prefeitura de São Paulo. O reitor José Martins Filho teria dito, no mesmo dia, que a movimentação se dera em consequência das reformas que estavam sendo feitas no prédio do DML.

Intrigada com esses dois fatos, a diretoria da Adunicamp sugeriu ao reitor que criasse a Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos de Identificação das Ossadas, a ser integrada por pessoas da própria universidade e de fora dela. Em setembro, o reitor criou a comissão, nomeando para integrá-la o procurador da universidade, Octacílio Machado Ribeiro, o chefe de gabinete adjunto, Antonio Salvador Pedretti, e os professores Badan Palhares e Lino Castellani Filho, este último representando a Adunicamp.

Só que a comissão, às vésperas de completar um ano de sua criação, pouco ou quase nada avançou nos trabalhos. Badan Palhares se comprometeu a entregar um relatório conclusivo em março deste ano, mas simplesmente deixou de fazê-lo. Diante disso, a Adunicamp encaminhou, em dezembro do ano passado e abril desse ano, ofícios informando ao reitor dos entraves para o andamento do trabalho. Só que até agora o reitor não tomou a iniciativa de cobrar a demora aos integrantes da comissão.

### RESPONSABILIDADE

"O Badan Palhares disse que sempre estaria aberto a dar esclarecimentos sobre o trabalho de identificação, mas não foi isso o que aconteceu nas várias oportunidades em que foi procurado

**Agência de Notícias ANDES**

Centro Empresarial Norte - SRTVN Lote "C" Bloco "B" Sala 816

Brasília - DF - CEP 70710-200

Tels. (061)323-3201 r.2816/323-9304 Fax (061)323-8290





por familiares de desaparecidos”, afirma a professora Marcela Haun, da direção da Adunicamp. Segundo ela, a grande preocupação dos docentes, além de colocar um ponto final na angústia dos parentes dos desaparecidos, é com o bom nome da universidade.

“Esse trabalho é resultado de um convênio assinado pela reitoria com a Prefeitura de São Paulo. Todos os convênios passam por uma série de relatórios, prestações de conta etc. E esse convênio, segundo levantaram as comissões especiais da reitoria, está fora dos padrões de acompanhamento e deve ser encarado como mais um projeto. Só que aí não se trata de um problema da universidade, mas do país. E sem dúvida a Unicamp deve dar uma satisfação à sociedade”, afirma Marcela.

“As informações sobre o número de ossadas, quantas foram identificadas e quantas não foram, são bastante controversas. O Badan fala em certo número e os técnicos dele apontam outro. Para superar a controvérsia e chegar a um número definitivo, exigimos o relatório conclusivo, que ficou de ser entregue em março e não foi até hoje. Dada a relevância do tema e o compromisso social desse trabalho, solicitamos insistentemente esclarecimentos da presidência da comissão sobre os motivos do não-encaminhamento do relatório e não obtivemos resposta”, diz o professor Lino Castellani, que integra a comissão representando a Adunicamp.

Lino observa que o convênio firmado com a Prefeitura de São Paulo para a identificação das ossadas foi assinado pela universidade e não pelo legisla Badan Palhares, o que caracteriza a responsabilidade da instituição pelo material periciado. A não-conclusão do trabalho, segundo ele, atingirá em cheio o bom nome da Unicamp.

“Nós queremos, acima de tudo, que isso seja esclarecido. Há uma expectativa muito grande entre os familiares dos mortos e desaparecidos políticos, entre os vereadores que acompanharam a assinatura do convênio e colegas da universidade que também estão na expectativa de identificar ossadas de parentes. O porquê dessa falta de sensibilidade é uma questão que está no ar”, observa o professor.

Na avaliação dele, está na hora de se cobrar publicamente a responsabilidade pela identificação dessas ossadas. Segundo ele, os docentes estão aguardando a repercussão do boletim especial da Adunicamp sobre o caso. Eles esperam que a Assembléia Legislativa de São Paulo, que tem uma comissão de Direitos Humanos atenta a esse problema, venha a se reunir para tomar as providências que o caso exige.

“O que nós temos de deixar bem claro é que a universidade é muito maior do que uma administração, uma reitoria ou um grupo que, num determinado momento, tem a responsabilidade de administrá-la. A universidade está fazendo a denúncia porque nós também nos entendemos universidade. A comunidade de funcionários, de docentes e alunos está cobrando. Então, uma parcela da universidade está cobrando de outra parcela o cumprimento daquilo que lhe cabe nesse episódio. Mas acima de tudo buscando preservar e dar dignidade ao nome da Unicamp, construído a duras penas por tantas pessoas”, afirma. (WSS)

por famílias de desaparecidos, assim a professora Zuleika Huan, da direção da Abunacamp. Segundo ela, a grande preocupação dos docentes, além de cobrar um ponto final na angústia dos parentes dos desaparecidos, é com o nome da universidade.

Esta questão é levantada de um convênio assinado pela reitoria com a Pastoral de São Paulo. Todos os convênios possuem por uma série de razões, práticas de conta da F. C. C. e, portanto, segundo levantam os comitês especiais da reitoria, com uma série de problemas de acompanhamento e deve ser encarado como mais um projeto. Só que aí não se trata de um problema da universidade, mas do país. E sem dúvida a Luchina deve dar uma resposta a sociedade, afirma Menezes.

As informações sobre o número de famílias, quantas foram identificadas e quantas não foram são bastante concretas. O Fadan fala em cerca de 100 famílias e os técnicos do relatório. Para saber a diferença e chegar a um número definitivo, existem o relatório conclusivo que fica de seu anexo em março e maio de 1989. Dada a relevância do tema e o compromisso social desta instituição, solicitamos imediatamente esclarecimentos do presidente do comitê sobre os motivos do não encaminhamento do relatório e não obteremos resposta. O professor Elio Casillan, que ingressa a comissão representando a Abunacamp.

Um aspecto que o convênio firmado com a Pastoral de São Paulo para a identificação das vítimas foi assinado pela universidade e não pelo Brasil Fadan. Há uma preocupação com a responsabilidade da instituição pelo material produzido. A não conclusão do trabalho, segundo ela, talvez em função do nome da Luchina.

Nos dias seguintes, tudo de tudo, que isso seja esclarecido. Há uma expectativa muito grande entre as famílias dos mortos e desaparecidos políticos, entre os estudantes que acompanharam a assinatura do convênio e colegas da universidade que também estão na expectativa de identificar essas famílias de estudantes. O porque dessa falta de responsabilidade é uma questão que está no ar, observa o professor.

A avaliação feita está na hora de se cobrar publicamente a responsabilidade pela identificação dessas vítimas. Segundo ele, os docentes estão aguardando a publicação do boletim especial da Abunacamp sobre o caso. Elio Casillan, que é Assessoria Especial de São Paulo, que tem uma comissão de Direitos Humanos, trata a esse problema, vem a se reunir para tratar as providências que o caso exige.

Outro nos termos de deixar bem claro a que a universidade e tudo isso, de que uma administração universitária ou um órgão que não determinado momento, tem a responsabilidade da administração. A universidade está fazendo a denúncia porque nos últimos anos a administração da universidade. A comunidade de funcionários de docentes e alunos está cobrando, então, uma resposta da universidade para cobrir de uma maneira o cumprimento daquilo que os alunos exigem. Mas como de tudo buscando preservar a dignidade do nome da Luchina, considerando a sua importância para a sociedade, afirma (722).

**Badan Palhares evita dar explicações sobre os exames periciais**

**Agência Andes (Brasília)** - A partir de agosto do ano passado, quando o presidente da Unicamp, Luís Carlos Guedes Pinto, procurou pessoalmente o professor Badan Palhares para recolher informações sobre o andamento da identificação das ossadas de Perus, ficou evidente que o então chefe do Departamento de Medicina Legal da Faculdade de Ciências Médicas da universidade não estava disposto a dar satisfações públicas sobre o caso.

Em correspondência encaminhada ao presidente da entidade, datada de 17 de agosto de 1995, Badan Palhares diz que não cabe a ele prestar qualquer esclarecimento sobre o que fora denunciado pelo jornalista Ivan Seixas na edição de julho e que, portanto, nada, da parte dele, deveria sair no boletim da Adunicamp ou em qualquer outra publicação.

Em outro momento, após uma reunião considerada histórica - na qual, a convite da Adunicamp, compareceram familiares de desaparecidos políticos, vereadores de São Paulo, professores da Unicamp, USP e Unesp e o presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Legal - Badan Palhares questionou a lisura da realização daquele encontro. Ao responder a um ofício da Adunicamp encaminhado ao reitor, o legista afirma:

“A Adunicamp havia me solicitado uma explanação sobre os acontecimentos, o que prontamente me propus a atender. Só que, arditosamente, sem que eu soubesse e até para preparar-me com documentos, a Adunicamp convidou para aquela reunião não os “professores” (aspas dele) da Unicamp “interessados” (também aspas dele) no assunto, mas o presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Legal, vereadores de São Paulo envolvidos com movimentos dos desaparecidos, parentes de desaparecidos políticos ligados à ex-prefeita Erundina, todos com propósitos que desconheço, os quais estavam apoiados pelos membros da Adunicamp, também sem que eu conhecesse os propósitos”.

Em ofício encaminhado ao reitor José Martins Filho em 15 de janeiro passado, a diretoria da Adunicamp esclareceu que a intenção da entidade é a de informar e dirimir possíveis dúvidas existentes na sociedade. “Continuamos entendendo até hoje que o assunto é de interesse nacional e até internacional, não devendo ser tratado a portas fechadas”, afirma o texto do ofício da Adunicamp ao reitor.

A reação de Badan Palhares nesse episódio deixou os docentes intrigados, uma vez que a Adunicamp teve o cuidado de enviar ofício ao presidente da comissão criada pela reitoria convidando-o a participar da reunião aberta para informar aos interessados o andamento dos trabalhos de identificação das ossadas do Cemitério de Perus.

“Nessa oportunidade - diz o texto do ofício - o professor Fortunato Badan Palhares, chefe do Departamento de Medicina Legal da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, estará presente, atendendo desta maneira a solicitação que a Adunicamp fez através de seu diretor, professor Lino Castellani Filho”. O ofício é datado de 4 de outubro e a reunião aconteceu no dia 17 daquele mesmo mês.

Durante a reunião, todos, inclusive o professor Badan Palhares, foram convidados a utilizarem o Jornal Adunicamp com o propósito de debater o assunto. Maria Amélia de Almeida Teles, da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, aceitou o convite e encaminhou texto à entidade. Informado desse fato, Badan Palhares se negou a participar do debate, alegando que a Adunicamp estaria privilegiando o grupo de familiares.

Diante de todos esses fatos, ficou claro para os docentes que, ao contrário do trabalho de perícia envolvendo o assassinato de Paulo César Farias, quando se sentiu à vontade até demais diante das câmaras de TV e dos flashes das máquinas fotográficas, no caso das ossadas de Perus o professor Badan Palhares prefere manter tudo nas sombras, longe do alcance da sociedade.

